

Sua Excelência Senhor Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza

Sua Excelência Senhora Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff

Sua Excelência Senhor Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe

Assunto: Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana

Excelências;

O Governo da República de Moçambique, em parceria com os Governos da República Federativa do Brasil e do Japão, lançou, oficialmente, em Abril de 2011, o Programa ProSavana. O referido programa resulta de uma parceria trilateral dos três governos com o objectivo de, supostamente, promover o desenvolvimento da agricultura nas savanas tropicais do Corredor de Nacala, no Norte de Moçambique.

A estratégia de entrada e implementação do ProSavana assenta-se e fundamenta-se na necessidade, justificadamente, prioritária de combate à pobreza e no imperativo nacional e humano de promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do nosso País. Aliás, estes têm sido os principais argumentos usados pelo Governo de Moçambique para justificar a sua opção pela política de atracção de Investimento Directo Estrangeiros (IDE) e consequente implantação de grandes investimentos de mineração, hidrocarbonetos, plantações de monoculturas florestais e agronegócios destinados a produção de *commodities*.

Nós, camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil moçambicanas, reconhecendo a importância e urgência do combate à miséria e da promoção do desenvolvimento soberano e sustentado, julgamos oportuno e crucial expressar as nossas preocupações e propostas em relação ao Programa ProSavana.

O Programa ProSavana já está a ser implementado através da componente “*Quick Impact Projects*” sem nunca ter sido realizado, discutido publicamente e aprovado o Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental, uma das principais e imprescindíveis exigências da legislação moçambicana para a implementação de projectos desta dimensão, normalmente classificados como de Categoria A.

A amplitude e grandeza do Programa ProSavana contrastam com o incumprimento da lei e total ausência de um debate público profundo, amplo, transparente e democrático impedindo-nos, (camponeses e camponesas, famílias e a população), desta forma, de exercer o nosso direito constitucional de acesso à informação, consulta, participação e consentimento informado sobre um assunto de grande relevância social, económica e ambiental com efeitos directos nas nossas vidas.

No entanto, desde Setembro de 2012 temos vindo a realizar um amplo debate e encontros alargados com diversos sectores da sociedade moçambicana. De acordo com os últimos documentos que tivemos acesso, o Programa ProSavana constitui uma *mega* parceria entre os Governos de Moçambique, Brasil e Japão que irá ocupar uma área estimada em 14.5 milhões de hectares de terra, em 19 distritos das Províncias de Niassa, Nampula e Zambézia, alegadamente, destinada para o desenvolvimento da agricultura em grande escala nas savanas tropicais, localizadas ao longo do Corredor de Desenvolvimento de Nacala.

Depois de vários debates ao nível das comunidades dos Distritos abrangidos por este programa, com autoridades governamentais moçambicanas, representações diplomáticas do Brasil e Japão e suas respectivas agências de cooperação internacional (Agência Brasileira de Cooperação-ABC e Agência de Cooperação Internacional do Japão-JICA), constatamos haver muitas discrepâncias e contradição nas insuficientes informações e documentos disponíveis, indícios e evidências que confirmam a existência de vícios de concepção do programa; irregularidades no suposto processo de consulta e participação pública; sérias e iminentes ameaças de usurpação de terras dos camponeses e remoção forçada das comunidades das áreas que ocupam actualmente.

Senhor Presidente de Moçambique, Senhora Presidente do Brasil e Senhor Primeiro-Ministro do Japão, a cooperação internacional deve alicerçar-se com base nos interesses e aspirações dos povos para construção de um mundo mais justo e solidário. Entretanto, o Programa ProSavana não obedece esses princípios e os seus executores não se propõem, muito menos, se mostram disponíveis a discutir, de forma aberta, as questões de fundo associadas ao desenvolvimento da agricultura no nosso País.

Senhor Presidente Armando Guebuza gostaríamos de lembrar que sua excelência, juntamente com milhões de moçambicanos e moçambicanas, sacrificou grande parte da sua juventude, lutando para libertar o povo e a terra da opressão colonial. Desde esses tempos difíceis, camponeses e camponesas, com os pés firmes na terra, se encarregaram de produzir comida para a nação moçambicana, erguendo o País dos escombros da guerra para a edificação de uma

sociedade independente, justa e solidária, onde todos pudessem sentir-se filhos desta terra libertada.

Senhor Presidente Guebuza, mais de 80% da população moçambicana tem na agricultura familiar o seu meio de vivência, respondendo pela produção de mais de 90% da alimentação do País. O ProSavana constitui um instrumento para criação de condições óptimas para entrada no País de corporações transnacionais, as quais irão, inevitavelmente, alienar a autonomia das famílias camponesas e desestruturar os sistemas de produção camponesa, podendo provocar o surgimento de famílias sem terra e aumento da insegurança alimentar, ou seja, a perda das maiores conquistas da nossa Independência Nacional.

Senhora Presidente Dilma Rousseff, a solidariedade entre os povos moçambicano e brasileiro vem desde os difíceis tempos de luta de libertação nacional, passando pela reconstrução nacional durante e após os 16 anos de guerra que Moçambique atravessou. Mais do que ninguém, a Senhora Presidente Dilma sofreu a opressão e foi vítima da ditadura militar no Brasil e conhece o custo da liberdade. Actualmente, dois terços dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos por camponeses e camponesas e não pelas corporações que o Governo Brasileiro está a exportar para Moçambique através do ProSavana.

Senhora Presidente Dilma Rousseff, como se justifica que o Governo Brasileiro não dê prioridade ao Programa de Aquisição de Alimentos de Moçambique, o qual nós camponeses e camponesas apoiamos e incentivamos? Paradoxalmente, todos os meios financeiros, materiais e humanos, a vários níveis, são alocados para o desenvolvimento do *agronegócio* promovido pelo ProSavana. Como se justifica que a cooperação internacional entre o Brasil, Moçambique e Japão que devia promover a solidariedade entre os povos converta-se num instrumento de facilitação de transacções comerciais obscuras e promova a usurpação de terras comunitárias que de forma secular usamos para a produção de comida para a nação moçambicana e não só?

Senhor Primeiro-Ministro Shinzo Abe, o Japão, através da JICA, durante décadas contribuiu para o desenvolvimento da agricultura e outros sectores no nosso País. Repudiamos a actual política de cooperação do Governo Japonês com Moçambique no sector agrário. Mais do que o investimento em *mega* infra-estrutura no Corredor de Nacala para possibilitar o escoamento de *commodities* agrícolas, através do Porto de Nacala, bem como o apoio financeiro e humano ao ProSavana, entendemos que a aposta japonesa deve concentrar-se na agricultura camponesa, a única capaz de produzir alimentos adequados em quantidades necessárias para a população moçambicana, assim como promover um desenvolvimento sustentado e inclusivo.

Digníssimos representantes dos povos de Moçambique, Brasil e Japão, vivemos uma fase da história marcada pela crescente demanda e expansão de grandes grupos financeiros e corporativos transnacionais pela apropriação e controlo de bens naturais em nível global, transformando-os em mercadoria e assumindo-os como uma oportunidade de negócios.

Excelências, diante dos factos apresentados, nós, camponeses e camponesas de Moçambique, famílias das comunidades rurais do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil, denunciemos e repudiamos com urgência:

- A manipulação de informações e intimidação das comunidades e organizações da sociedade civil que se opõem ao ProSavana, apresentando alternativas sustentáveis para o sector agrário;
- Os iminentes processos de usurpação de terras das comunidades locais por corporações brasileiras, japonesas e nacionais; bem assim de outras nações.
- O ProSavana fundamenta-se no aumento da produção e produtividade baseada em monoculturas de exportação (milho, soja, mandioca, algodão, cana de açúcar, etc), que pretende integrar camponeses e camponesas nesse processo produtivo exclusivamente controlado por grandes corporações transnacionais e instituições financeiras multilaterais, destruindo os sistemas de produção da agricultura familiar;
- A importação das contradições internas do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira para Moçambique.

Diante das denúncias atrás apresentadas, nós camponeses e camponesas de Moçambique, famílias das comunidades rurais do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil solicitamos e exigimos uma intervenção urgente de V.Excias Senhor Presidente de Moçambique, Senhora Presidente do Brasil e Senhor Primeiro-Ministro do Japão, na qualidade de mandatários legítimos dos vossos povos, com o objectivo de travar de forma urgente a lógica de intervenção do Programa ProSavana que trará impactos negativos irreversíveis para as famílias camponesas tais como:

- O surgimento de famílias e Comunidades Sem Terra em Moçambique, como resultado dos processos de expropriações de terras e consequentes reassentamentos;
- Frequentes convulsões sociais e conflitos sócio-ambientais nas comunidades ao longo do Corredor de Nacala, e não só;
- Agravamento e aprofundamento da miséria nas famílias das comunidades rurais e redução de alternativas de sobrevivência e existência;

- Destruição dos sistemas de produção das famílias camponesas e conseqüentemente a insegurança alimentar;
- Aumento da corrupção e de conflitos de interesse;
- Poluição dos ecossistemas, solos e recursos hídricos como resultado do uso excessivo e descontrolado de pesticidas, fertilizantes químicos e agrotóxicos;
- Desequilíbrio ecológico como resultado de desmatamento de extensas áreas florestais para dar lugar aos *mega* projectos de agronegócio.

Assim, nós camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil nacionais signatárias desta Carta Aberta manifestamos, publicamente, a nossa indignação e repúdio contra a forma como o Programa ProSavana tem sido concebido e tende a ser implementado nas nossas terras e comunidades do nosso País.

Defendemos o desenvolvimento da agricultura baseado em sistemas de produção e não em produtos, ou seja, a não destruição da lógica produtiva familiar que para além de questões económicas incorpora sobretudo a lógica de ocupação de espaços geográficos, a dimensão social e antropológica, que tem se revelado muito sustentável ao longo da história da humanidade.

Os movimentos sociais e organizações signatárias desta Carta Aberta dirigem-se à V.Excias Senhor Presidente Armando Guebuza, Senhora Presidente Dilma Rousseff e Senhor Primeiro-Ministro Shinzo Abe, na vossa qualidade de chefes de Governo e de Estado e legítimos representantes dos povos de Moçambique, Brasil e Japão para requerer:

- Que mandem tomar todas as medidas necessárias para suspensão imediata de todas as acções e projectos em curso nas savanas tropicais do Corredor do Desenvolvimento de Nacala no âmbito da implementação do Programa ProSavana;
- Que o Governo de Moçambique mande instaurar um mecanismo inclusivo e democrático de construção de um diálogo oficial amplo com todos os sectores da sociedade moçambicana, particularmente camponeses e camponesas, povos do meio rural, comunidades do Corredor, organizações religiosas e da sociedade civil com o objectivo de definir as suas reais necessidades, aspirações e prioridades da matriz e agenda de desenvolvimento soberano;

- Que todos os recursos humanos, materiais e financeiros alocados ao Programa Prosavana sejam realocados na definição e implementação de um Plano Nacional de Apoio à Agricultura Familiar sustentável (sistema familiar), defendido há mais de duas décadas pelas famílias camponesas de toda a República de Moçambique, com o objectivo de apoiar e garantir a soberania alimentar de mais de 16 milhões de moçambicanos que têm na agricultura o seu principal meio de vida;
- Que o Governo moçambicano priorize a soberania alimentar, agricultura de conservação e agroecológica como as únicas soluções sustentáveis para a redução da fome e promoção da alimentação adequada;
- Que o Governo moçambicano adopte políticas para o sector agrário centradas no apoio à agricultura camponesa, cujas prioridades assentam-se no acesso ao crédito rural, serviços de extensão agrária, sistemas de irrigação, valorização das sementes nativas e resistentes às mudanças climáticas, infra-estruturas rurais ligadas a criação de capacidade produtiva e políticas de apoio e incentivo à comercialização rural;

Finalmente e em função do enunciado acima, nós camponeses e camponesas moçambicanas, famílias das comunidades rurais do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil exigimos uma cooperação entre os Países assente nos interesses e aspirações genuínas dos povos; uma cooperação que sirva para a promoção de uma sociedade mais justa e solidária. Sonhamos com um Moçambique viável e melhor, onde todos os moçambicanos e moçambicanas possam sentir-se filhos desta terra, unidos e engajados na construção de um Estado cuja soberania emana e reside no Povo.

Maputo, aos 28 de Maio de 2013

Contacto para Imprensa:

Jeremias Filipe Vunjanhe: Cel: [+258-823911238](tel:+258-823911238)/email: jfvunjanhe@gmail.com

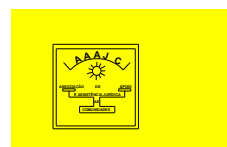
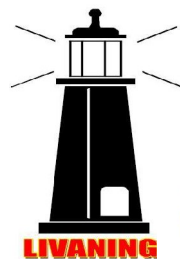
Alexandre Silva Dunduro: Cel: +258-828686690

Email: dunduroalexandre@hotmail.com/adecru2007@gmail.com

A. Muagerere: Cel:+258/-82606426/Fax:262863/email: AMuagerene@scipnampula.org

Organizações/movimentos sociais moçambicanas signatárias:

1. Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECURU)
2. Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades (AAAJC) -Tete
3. Associação Nacional de Extensão Rural (AENA)
4. Associação de Cooperação para o Desenvolvimento (ACCOORD)
5. AKILIZETHO-Nampula
6. Caritas Diocesana de Lichinga-Niassa
7. Conselho Cristão de Moçambique (CCM)- Niassa
8. ESTAMOS – Organização Comunitária
9. FACILIDADE-Nampula
10. Justiça Ambiental/Friends of The Earth Mozambique
11. Fórum Mulher
12. Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa (FONAGNI)
13. Fórum Terra-Nampula
14. Fórum das Organizações Não Governamentais de Gaza (FONG)
15. Kulima
16. Liga Moçambicana de Direitos Humanos-LDH
17. Livaningo
18. Organização para Desenvolvimento Sustentável (OLIPA-ODES)
19. Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM)-Delegação de Nampula
20. Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM)- Delegação de Lichinga-Niassa
21. Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula
22. Rede de Organizações para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ROADS) Niassa
23. União Nacional de Camponeses-UNA



Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa



ROADS
REDE DE ORGANIZAÇÕES PARA O AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Organizações/movimentos sociais internacionais subscritoras:

1. Amigos da Terra Brasil
2. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)-Brasil
3. Associação Brasileira de ONGs (Abong)
4. Association for the Taxation of Financial Transactions for the Aid of Citizens (ATTAC)-Japan
5. Africa Japan Forum (AJF)-Japan
6. Alternative People's Linkage in Asia (APLA)-Japan
7. Association of Support for People in West Africa (SUPA) -Japan
8. Central Única dos Trabalhadores (CUT) -Brasil
9. Comissão Pastoral da Terra (CPT)-Brasil
10. Comissão Pastoral da Terra – MT-Brasil
11. Confederação Nacional de Trabalhadores de Agricultura (CONTAG)-Brasil
12. FASE - Solidariedade e Educação-Brasil
13. Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) Brasil
14. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)
15. Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD)-Brasil
16. Fórum de Direitos Humanos e da Terra do Mato Grosso (FDHT-MT) -Brasil
17. Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança alimentar e Nutricional (FBSSAN)-Brasil
18. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social do Brasil
19. Fórum de Lutas de Cáceres – MT-Brasil
20. GRAIN International
21. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA/UFMT) -Brasil
22. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA/UFMT) -Brasil
23. Grupo raízes-Brasil

24. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) -Brasil
25. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas (Ibase) -Brasil
26. Instituto Caracol (iC) -Brasil
27. Instituto de Estudos Socioeconómicos do Brasil (Inesc)
28. Japan International Volunteer Center (JVC)-Japan
29. Justiça Global-Brasil
30. La Via Campesina- Região África 1
31. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-Brasil
32. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) -Uruguai
33. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) – Brasil
34. Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) -Brasil
35. - Mozambique Kaihatsu wo Kangaeru Shiminno Kai – Japan
36. Network for Rural-Urban Cooperation – Japan
37. ODA-Net - ODA Reform Network – Japan
38. Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP)
39. Rede Axé Dudu-Brasil
40. Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA)-Brasil
41. Sociedade fé e vida-Brasil
42. Vida Brasil

Subscrições individuais nacionais e internacionais

1. Aya Yaehata - Nippon University-
2. Ayako Koike – WE21 Japan
3. Aki Miyanishi - Japan International Volunteer Center
4. Ayako Fujii - WE21 Japan
5. Bunjiro Hara
6. Dr. Sayaka FUNADA-CLASSEN, Tokyo University of Foreign Studies-Japan
7. Dr. Makiko Sakai – Tokyo University of Foreign Studies, Senior Lecturer-Japan
8. Dr. Tatsuo Hayashi – AJF, President-Japan
9. Daisuke Tsubouchi-Japan
10. Eri Sakuma-Japan
11. Emi Yahiro- Japan
12. Fumiko Hakoyama –Japao
13. Hiroaki Nagaoka – Community Action Organisation Development, Chairperson
14. Hirano Masahito – Japan International Volunteer Center-Japan
15. Hiroshi Taniyama – Japan International Volunteer Center-Japan
16. Igor Fuser: Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC), São Bernardo do Campo, Brasil
17. Izumi Koide - Tokyo University of Foreign Studies-Japan
18. Jacques Depelchi
19. Kazushi Matsumoto-Japan
20. Keito Fukaya - Tokyo University of Foreign Studies-Japan
21. Kumiko Makino-Yamashita (Ms)Tokyo, Japan
22. Kazuhito Suga – Research & Action for Community Governance-Japan
23. Kazuo Tsurumi-Japan
24. Kami Madoka - Tokyo University of Foreign Studies-Japan
25. Kanako Hishizaki -Japan
26. Kyoko Matsui – Keio University-Japan
27. Maria de Lourdes Torcato: Maputo – Moçambique
28. Mariko HAYASHI-Japan
29. Miki Tetsuka - Utsunomiya University-Japan
30. Misa Kanegae - Meijigakuin University-Japan
31. Masako Yonekawa - Rikkyo University-Japan
32. Mamoru Mozumi – Africa Japan Forum-Japan
33. Mamiko Yoshizawa – APLA-Japan

34. Miyuki Otomo – Yokohama de TICAD wo Kangaeru Kai-Japan
35. Miyuki Takatoshi Hasebe – Japan International Volunteer Center-Japan
36. Mitsutaka Hirano – SJF-Japan
37. Madoka Kami-Japan
38. Masato Aso-Japan
39. Mizuki Sano - Tsuda College-Japan
40. Noriko Hirose - Japan International Volunteer Center-Japan
41. Naoko Tsuyama – Africa Japan Forum / G-CAP Japan, Chairperson-Japan
42. Naoko Watanabe – JVC, South Africa Program Officer-Japan
43. Naomi Kumazawa -Japan
44. Nahoko Inada-Japan
45. Osamu Tsuchida-Japan
46. Prof. Dr. Masao Yoshida_Japan
47. Prof. Makoto Katsumata - Meijigakuin Univercity, Professor-Japan
48. Prof. Minoru Obayashi-Japan
49. Rina Hirano - Tokyo University of Foreign Studies-Japan
50. Ryota Takahashi - University of Tsukuba-Japan
51. Saito Ryoichiro - Africa Japan Forum-Japan
52. Sayaka Arimatsu-Tamatsukuri, Chuo-ku, Osaka-shi, Japan-Japan
53. Saki Yamauchi – Tsuda College-Japan
54. Shigeta Yuko – WE21 Japan
55. Sumiko Yamanobe -Japan
56. Susumu Sunaoshi – ATTAC Japan
57. Syunsuke Imaizumi-Japan
58. Syuji Hisano - Kyoto University-Japan
59. Takahiro Utsumi - Development consultant-Japan
60. Takeshi Fujii – Japan International Volunteer Center, member-Japan
61. Takaharu Miyashita – Consultant-Japan
62. Tomari – Biomass Industrial Society Network-Japan
63. Tomonori Shimoda – Japan International Volunteer Center-Japan
64. Tsuyoshi Ito - ICNET LIMITED-Japan
65. Tomaso Fernando-Japan
66. Yasuo Aonishi – Centro de Acción para el Desarrollos Derecho-Japan
67. Wakiko Yoneda - Obirin University-Japan
68. Yawara Suzuki - Tokyo University of Foreign Studies-Japan
69. Yoko Akimoto – ATTAC Japan
70. Yuki Morita – WE21 Japan
71. Yoshiaki Nishikawa - Ryukoku University, Professor-Japan
72. Yuko Nakano-Japan